

Códigos de ética e sua qualidade: um estudo exploratório dos níveis de governança das empresas listadas na B³

The codes of ethics and their quality: an exploratory study of the governance levels of the companies listed in B³

Igor Thierry Silva Donato
Elvis Francelino Pereira da Silva
Joílson Andrade de Souza

Resumo

O presente estudo buscou analisar os códigos de ética das empresas listadas na Bolsa, Balcão, Brasil (B³) investigou se as empresas que possuem uma melhor qualidade nos códigos de ética estão em níveis maior de governança. A amostra compreendeu apenas as entidades que possuíam código de ética publicados em seus sítios eletrônicos, resultando em um total de 286. Para investigação foi realizada uma análise de conteúdo nas informações dos códigos de ética das empresas referentes ao período da amostra. Foram analisados neste estudo todos os códigos de ética publicados até o ano de 2018. Como proceder metodológico, realizou-se a leitura de cada código de ética, em que foi utilizado o modelo de avaliação de qualidade de códigos de ética criado por Garegnani, Merlotti e Russo (2015). Os resultados demonstraram que a maioria das empresas apresentam códigos de ética com scores entre 6,5 e 8. Após isso foi aplicada uma correlação Ponto Bisserial para verificação da associação entre os códigos de ética de melhor qualidade e os diferentes níveis de governança corporativa. Com os resultados da correlação não foi possível constatar a associação entre os códigos de ética de melhor qualidade e os melhores níveis de governança corporativa da B³.

Palavras-chave: Código de Ética; Qualidade da informação contábil; *Disclosure* voluntário.

Abstract

The present study sought to analyze the codes of ethics of companies listed on the Bolsa, Balcão, Brasil (B³) and investigated whether the companies that have a better quality in the codes of ethics are in higher levels of governance. The sample comprised only those entities that had codes of ethics published on their websites, resulting in a total of 286. For the investigation, a content analysis was performed on the information in the companies' codes of ethics for the sample period. All codes of ethics published up to the year 2018 were analyzed in this study. As a methodological procedure, the reading of each code of ethics was performed, in which the model of quality assessment of codes of ethics created by Garegnani, Merlotti and Russo (2015) was used. The results showed that most companies have codes of ethics with scores between 6.5 and 8. After that a Biserrial Point correlation was applied to verify the association between the best quality codes of ethics and the different levels of corporate governance. With the results of the correlation it was not possible to see the association between the best quality codes of ethics and the best levels of corporate governance of B³.

Keywords: *Code of Ethics; Quality of accounting information; Voluntary disclosure.*

1 INTRODUÇÃO

Os códigos de ética sempre tiveram papéis importantes na governança corporativa. Desde a década de 1980 e 1990 as empresas norte-americanas e as europeias passaram a adotar o Código de Ética Empresarial, também denominado Código de Conduta, Princípios de Negócios ou Declarações de Ética Corporativa como documento fundamental da entidade (Steveans, 2008).

Alguns fatos históricos relacionados a fraudes contábeis mudaram a perspectiva tanto das entidades como também da sociedade relacionada a qualidade dos códigos de ética adotados pelas entidades. Os casos de fraudes contábeis em 2001 e a regulamentação das companhias listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque aumentaram significativamente a adoção dos códigos de ética pelas entidades (Steveans, 2008).

Nesta perspectiva, uma das principais medidas adotadas a época foi a lei Sarbanes-Oxley (SOX) que em uma de suas seções impõe a implantação de um código de ética que promova um elevado padrão de conduta e um maior cuidado nas questões relacionadas a conflitos de interesses na governança dentro do quadro corporativo de uma entidade.

É importante destacar que estes códigos éticos são documentos escritos que presumem os princípios filosóficos de uma organização e que geralmente podem ser encontrados em manuais de funcionários, livros de políticas corporativas e em documentos separados (Steaveans, 1996).

No caso brasileiro, os níveis diferenciados de governança corporativa criados pela Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa, no final do ano 2000, incluíram alguns critérios para diminuir a assimetria informacional entre os investidores e as empresas participantes destes grupos, através de maior transparência das informações divulgadas, e reduzir o custo de captação de recursos no mercado (Almeida, 2010).

A respeito disso, os procedimentos de Governança Corporativa, mais aceitos pelo mercado, foram estabelecidos pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sendo a sua adesão facultativa, portanto, pode ser considerada como uma estratégia das entidades a ser utilizada (Ribeiro, 2018).

No que trata os códigos de ética no Brasil, Ayres, Diehl e Marquezan (2016) destacam que a adoção por parte das entidades quanto ao código de ética é estimulada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), pois se entende que este é um importante instrumento para a governança corporativa.

Neste sentido, Correia (2018) explica que a Governança Corporativa e a Ética Empresarial têm características compartilhadas, sendo inter-relacionadas e impostas às empresas pelos acionistas, e pelas partes interessadas, os *stakeholders*.

É importante destacar que os códigos de ética têm um papel fundamental tanto na gestão organizacional das pessoas ligadas à entidade, bem como nos processos organizacionais, além de também impactar diretamente no controle esperado da governança corporativa (Ayres, Diehl e Marquezan, 2016).

Quanto a este aspecto, Steveans (2008) trata que a comunicação é um requisito fundamental para que os códigos de ética e conduta sejam bem-sucedidos. Os colaboradores da entidade devem estar cientes do conteúdo de seus códigos de ética e participar de discussões sobre a elaboração e conteúdo dos códigos para que tenham total compreensão e significado.

Ainda sobre a qualidade e eficácia do código de ética, Steveans e Buechler (2013) tratam que os códigos de ética corporativa eficazes devem ser comunicados nas organizações e assimilados em suas culturas. Quando eles existem como entidades separadas fora da cultura ou são comunicados de forma ineficaz, eles podem deixar de funcionar como documentos estratégicos chave.

Portanto, diante do exposto, este estudo tem como objetivo investigar se a qualidade dos códigos de ética publicados pelas empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B³) estão associados aos níveis de governança corporativa em que as entidades estão classificadas.

Esta pesquisa está estruturada em cinco seções: na seção seguinte apresenta-se a revisão da literatura, em que foram abordados os tópicos sobre qualidade da informação, qualidade do código de ética e verificação da Governança Corporativa por meio do Código de Ética. Na terceira seção encontra-se a metodologia discorrendo a respeito dos procedimentos executados para a análise. A quarta seção inclui os resultados obtidos. E por fim, nas considerações finais, apontou-se as respostas alcançadas no estudo, assim como foram feitas recomendações para estudos futuros.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Qualidade da informação e os códigos de ética

Para tratar sobre a qualidade da informação, inicialmente é necessário argumentar que a qualidade é acima de tudo um valor ético, e mais importante que o retorno financeiro (Townsend, 1993). Nesta perspectiva, é possível elucidar que existe uma estreita relação entre ética e qualidade. Nash (1993) em seu estudo explica que quanto mais alta a qualidade, mais fácil é fazer negócios de forma ética. E, inversamente, quanto maior sua ética, mais fácil é adotar e implementar uma estratégia de qualidade.

Conforme se depreende da literatura, a qualidade pode estar associada a um dos mecanismos adotados pelas entidades para dar maior qualidade da informação aos interessados, os códigos de ética. Sobre isso, Stevens (1993) esclarece que os Códigos de ética elaborados pelas entidades por

volta dos anos de 1980 mostravam uma preocupação com o comportamento antiético, causador de redução de lucros. Não havia comprometimento com Responsabilidade Social nem com a governança corporativa.

Nesta toada, é necessário explicar que os Códigos de Ética (CE) estão relacionados as práticas comportamentais e organizacionais, segundo o que o mercado e o investidor esperam como socialmente aceito, o que é dito expressamente por Dominguez et al. (2009) quando definem a ética como uma incorporação dos valores morais de uma sociedade.

Existe um contexto histórico para que as empresas elaborassem um código de ética. De acordo com Stevens (2008), as empresas recorreram aos códigos de ética, por meio dos quais procuravam tornar públicas suas virtudes e criar uma impressão melhor dos investidores, ou seja, um mecanismo utilizado para melhorar sua imagem perante o mercado.

De acordo com Azevedo, de Luca, Holanda, Ponte e dos Santos (2014), vários podem ser os motivos para uma empresa adotar um código de conduta, sendo eles uma possível padronização, marketing, consciência de seus dirigentes quanto ao papel social, exigência de mercado ou de parceiros.

Nesta perspectiva, Silva e Gomes (2008) ressaltam a importância para a empresa, cuja existência é regida por critérios comunitários, de que seus membros estejam dispostos a compartilhar de exigências comuns, possibilitando assim manter uma boa reputação na sociedade, evitar contingências e regular a convivência das pessoas na organização. Para auxiliar no esforço voltado para o alcance desses objetivos, o código de ética vem sendo utilizado por empresas de todo o mundo.

Dominguez et al. (2009) relatam a literatura que enfatiza conceitos relacionados à qualidade dos códigos de ética, sendo alguns exemplos a conformidade com a lei (Sanderson & Varner, 1984), práticas de atividades legais e adequadas por funcionários (Mathews, 1987), confidencialidade, segurança e proteção das informações da empresa (O'dwyer & Madden, 2006).

Nesse contexto, Erwin (2011) aponta que o código de ética formal é uma ferramenta de responsabilidade social corporativa empregada pela companhia para estabelecer e comunicar práticas empresariais responsáveis e cultura organizacional ética, gerando benefícios como melhor reputação da entidade (Diller, 1999; Matten, 2003), diferenciação nos seus produtos e serviços (Diller, 1999) e aprimoramento da relação com clientes (Lenox & Nash, 2003).

Erwin (2011) acrescenta o problema da Responsabilidade Social Corporativa (CSR) que, segundo o autor, ganhou atenção generalizada de acadêmicos, empresários e consumidores pelos benefícios proporcionados às empresas socialmente responsáveis, destacando que o compromisso com padrões éticos implicou em melhor desempenho geral das empresas em diversas métricas, inclusive desempenho financeiro.

A qualidade, no que se refere aos Códigos de éticas, reside justamente na aderência destes àqueles valores morais socialmente aceitos, à Responsabilidade Social Corporativa e às boas práticas empresariais. O ambiente corporativo exige boas práticas de conduta tanto das empresas quanto de seus colaboradores.

Ainda no que se refere à qualidade da informação e à ética, muitos temas são abordados e aplicados às organizações como indicadores de qualidade na informação que resultam em melhor desempenho organizacional, como desenvolvimento de vínculos entre indivíduos e organização, respeito aos direitos das pessoas envolvidas com entidade e sociedade, partilha nos frutos do trabalho e visão ética do ambiente empresarial (Chanlat, 1992).

Em estudos recentes, Callaghan, Wood, Payan, Singh e Svensson (2012) e Callaghan et al. (2012) analisaram a qualidade dos CE de empresas da Austrália, Estados Unidos e Canadá e, baseados nos achados empíricos e suporte teórico encontrados, propuseram o que chamaram de “Qualidade de Código de Ética” (CEQ), envolvendo um framework conceitual de “ethos”, sustentado em duas bases, suporte de pessoal e regulação, bases estas utilizadas para mensurar a CEQ pela verificação de nove *proxies* que utilizaram no estudo.

Carrasco e Singh (2003) destacam em seu estudo razões para a existência de um Código de ética com boa qualidade, apontando principalmente a sinalização aos acionistas, parceiros, ativistas e mídia quanto a boas práticas empresariais e comprometimento da entidade com o comportamento ético.

Para a maioria das empresas, os melhores padrões de qualidade estão associados a maiores lucros, que podem ser estimados pela maior satisfação de clientes, fornecedores, financiadores, colaboradores, órgão reguladores etc., podendo ser resumido em lucratividade (Kano, 1991).

2.2 Qualidade dos Códigos de Ética

As organizações evitam esforços para garantir que são vistas como éticas no mercado e pela sociedade e, em muitos casos, optando por estabelecer códigos de conduta ética, a partir de casos divulgados de escândalos corporativos e desastres envolvendo as empresas que fazem parte das maiores economias por todo o mundo (Callaghan et al., 2012).

Ao analisar a crise do mercado australiano em 1987, Wood (2002) afirma que a análise da ética nos negócios assumiu várias formas, sendo a relação próxima entre a ética empresarial e a lei, assumindo significado de adequação ao direito societário, direito tributário e procedimentos de auditoria, naquele país. O autor observou que as empresas e a sociedade, naquela ocasião, caminhavam para desregulamentação e em direção à autoregulação, o que conduziu ao interesse crescente pela ética nos negócios, com as empresas se autodeclarando capazes de criarem e adaptarem-se a padrões éticos sem necessidade de imposição legal para tal.

A demanda por Códigos de éticas empresariais com boa qualidade não é tema recente. Cressey e Moore (1983) destacam posicionamento do Instituto Americano de Contadores Públicos, que se posicionou sobre o tema esclarecendo que havia demandas sociais por responsabilidade corporativa, e que a lacuna existente entre o comportamento das empresas e a visão da sociedade sobre a conduta corporativa apropriada precisava ser reduzida, no contexto histórico estadunidense da década de 70. Segundo os autores, foi com base nessa pressão social e por alertas da *Securities and Exchange Commission* que corporações públicas começaram a elaborar ou revisar seus códigos de ética (Cressey & Moore, 1983). Neste estudo, foram analisados os padrões da qualidade ética das corporações dos Estados Unidos, sendo pesquisados fatores como relacionamento com o governo, com consumidores e fornecedores, relação com empregados, com governos estrangeiros, com os investidores, com a sociedade, negociações com Terceiro Setor, conflitos de interesses, crimes de colarinho-branco, assuntos de caráter pessoal, dentre outros.

Em estudos mais recentes sobre a qualidade dos códigos de ética, Rampersad (2005) propôs um modelo de gestão estratégica no qual os valores de ambição pessoal e comportamento pessoal são alinhados e conduzindo a ações éticas, utilizando como base o modelo de Balanced Scorecard (BSC) de Kaplan e Norton (1996), sugerindo a implantação de Comitê de Ética, sendo o modelo adotado como *proxy* de qualidade para as políticas éticas da empresa.

Sánchez, Domínguez e Aceituno (2015) destacam que bons CE's devem prever ações contra o mal uso ou abusos no uso de produtos ou condições financeiras, garantias a confidencialidades e transparência, incluindo divulgações de seus compromissos éticos, com o crescimento sustentável, garantias com níveis mais elevados de qualidade e valor dos produtos e serviços.

Quanto a convergência para padrões éticos de qualidade, Callaghan et al. (2012) destacam que a ouvidoria/suporte a clientes não deve ser uma prática opcional pelas organizações, mas sim obrigatória, permitindo às organizações exporem violações aos princípios e padrões éticos a fim de permitir revisões e correções aos procedimentos. O canal de denúncia de fraude representa importante instrumento de qualidade dos Códigos de ética (Bergamini Junior, 2005).

O trabalho desenvolvido por Knights e O'Leary (2005) aponta como *proxy* de qualidade em um Código de ética a existência de treinamento nas questões éticas reproduzidas nos Códigos, de forma que sejam evitados desvios e violações por parte dos empregados e a ênfase dada pelos dirigentes ao desempenho pessoal e organizacional seja ponderada junto às questões que envolvam a ética.

Como aponta Arruda (2002), a partir da década de 1990 surgem a maioria dos CE's no Brasil. É exatamente nesta década que grandes fraudes empresariais são evidenciadas, sendo exemplos os casos do Banco Econômico, Construtora Encol, Palace II e Banco Nacional.

Vale ressaltar que a existência de um CE pode não ser traduzido como compromisso da organização com adoção de comportamentos e padrões éticos (Ferrell et al., 2001; Sylbersztajn, 2002), mas meios para minimizar a imagem negativa da entidade ou salvaguarda em questões judiciais.

Por essa razão, para Schwartz (2004) o CE deve ser um documento formal, dotado de efetividade, em conexão com a gestão organizacional. A efetividade como critério de qualidade dos CE's é questão que tem despertado relevância entre os pesquisadores nos estudos sobre a cultura organizacional (Monteiro et al., 2005; Leisinger & Schimitt, 2001; Srour, 2005; Schawrtz, 2002).

Silva e Gomes (2008) estudaram a existência de um CE como ferramenta de controle gerencial e, nesta pesquisa, são trazidos os conceitos de Schwartz (2002) sobre os princípios que

regem os CE's, princípios estes indicadores de boa qualidade dos CE's: honestidade, integridade, lealdade, respeito a direitos humanos, responsabilidade, justiça e cidadania.

São destacados também as funções consideradas pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios, a função de legitimação moral, função cognitiva e função de incentivo. No trabalho desenvolvido por Erwin (2011), que estudou a qualidade do CE e desempenho ético, ficou evidenciado que a eficácia da ética empresarial e a cultura organizacional estão associadas à qualidade do CE. De maneira geral, todos estes conceitos são trazidos por Garegnani et al. (2015) como drivers de qualidade.

2.3 Governança corporativa e os Códigos de Ética

A Governança Corporativa (GC) surge como uma possível solução para os problemas decorrentes da separação entre propriedade e controle, estudados na teoria da agência (Costa, 2018; Jensen & Meckling, 1976).

Almeida (2010) analisou a evolução da qualidade das práticas de governança corporativa das empresas brasileiras de capital aberto não listadas em bolsa, no período de 2003 a 2007 e, neste trabalho, é destacada a pesquisa de Berle e Means (1932) que apresentou as bases da relação de agência, que ocorre entre um mandatário (principal) e um ou mais agentes. As diferentes motivações e objetivos, preferências de risco, assimetria informacional, geram tais conflitos (Jensen & Meckling, 1976).

Os mecanismos de GC surgem como ferramenta que busca debater o papel dos conselhos de administração, executivos e administração das empresas, visando estabelecer normas de conduta pautadas na ética empresarial e responsabilidade social corporativa, e definir responsabilidades, tendo como meta a proteção de acionistas e credores contra expropriação pelos agentes das entidades, com a adoção de mecanismos de monitoramento e controle (Almeida, 2010).

Ricardo (2015), citando Aguilera e Jackson (2013, p. 450), define a GC como “conjunto de práticas institucionalizadas que são produto ao mesmo tempo”, ressaltando ainda que tais práticas são pautadas por regras criadas pela GC, chamadas pelo autor de “questões fundantes”. O autor enfatiza o papel da GC como “um modelo de gerenciamento empresarial que induz a novas relações entre as sociedades anônimas e os mercados financeiros” (Ricardo, 2015, p. 22), propondo a transparência corporativa e proteção aos acionistas, principalmente.

Os princípios de Governança Corporativa surgem em 1999, divulgados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esses princípios tornaram-se referência internacional na contribuição da regulação e institucionalização da Governança Corporativa, visando contribuir para a eficiência econômica, crescimento sustentável e estabilidade financeira das empresas (Thamriry, 2018).

A OCDE surgiu inicialmente como Organização para a Cooperação Econômica Européia (OECE), criada em 1948 para executar o Plano Marshall, financiado pelos Estados Unidos, para a reconstrução do continente europeu. Posteriormente, o Canadá e os EUA se uniram aos membros da OECE na assinatura da nova Convenção, a da OCDE em 14 de dezembro de 1960, com entrada em vigor oficialmente em 30 de setembro de 1961 (OCDE, 2008).

A literatura aponta a geração de valor para a empresa, na medida em que estas se adequam a melhores níveis de GC, como decorrência do melhor ambiente gerado pela maior credibilidade do mercado acionário e aumento da confiança e conseqüente disposição dos investidores em adquirir ações, pagando melhores preços e reduzindo os custos de captação (Procianoy & Verdi, 2009).

Como ferramenta para redução dos conflitos de agência, a literatura tem estudado a GC enfatizando principalmente o papel do Conselho de Administração, Estrutura de Propriedade, Controle e Remuneração dos Executivos da empresa, sendo estes os pontos chave da governança empresarial (Costa, 2018). Por esta razão, estes pontos principais da GC são estudados à luz dos CE's (Sánchez, Domínguez e Aceituno, 2015).

Nesse contexto, os CE's constituem um dos instrumentos mais utilizados para projeção e institucionalização de padrões de comportamento ético amplamente utilizados em todo o mundo, na melhoria da GC das empresas (Singh 2011), e que refletem a intenção da organização em projetar o senso de responsabilidade, clima ético positivo e atendendo às demandas e pressões externas dos acionistas e do mercado (Wotruba et al., 2001; Mc-Kinney et al., 2010; Garegnani et al., 2015).

Atuando como mecanismo de controle interno, o Conselho de Administração monitora as organizações e garante o comportamento ético dos administradores, no interesse dos proprietários (LI

et al., 2008). Para que possa desempenhar tal papel, o Conselho precisa atuar com independência, sendo necessária a adoção de um CE's eficiente e que atribua ao Conselho essa independência (Dominguez et al, 2009).

Sánchez, Domínguez e Aceituno (2015) apontam a existência de dois principais sistemas de GC, determinados por fatores institucionais e legais e no contexto particular de cada país, o anglo-saxão existente nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Austrália, e o sistema continental que é subdividido em sistema latino (existente na França, Itália, Espanha e Bélgica) e o sistema germânico (existente na Alemanha, Holanda, Suécia, Suíça, Áustria, Dinamarca, Noruega e Finlândia).

O link importante entre os CE's e a GC empresarial são apontados por Casson (2013) ao apresentar algumas características importantes na GC, incorporando a estes princípios da ética pessoal e empresarial. De forma mais precisa, o autor destaca o comportamento e ações dos membros de conselhos, que devem cumprir suas funções de forma ética e refletindo valores éticos, o conflito de interesses deve ser evitado pelo Conselho de Administração, os valores do empreendimento devem ser colocados de forma clara, devem ser divulgados os valores base para a atuação da entidade, o gerenciamento e controle deve preservar a ética empresarial (Casson, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de analisar a associação dos códigos de ética das Empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B³) com os melhores índices de governança corporativa da B³, foram coletadas informações dos códigos de ética de uma amostra de 286 empresas, referente aos códigos publicados até o ano de 2018. Desta maneira, com os dados coletados, para medir a qualidade dos códigos de ética, foi utilizado o modelo de avaliação de qualidade de códigos de ética criado por Garegnani, Merlotti e Russo (2015). Para verificar os níveis de governança corporativa das empresas listadas na B³, foram utilizados os segmentos diferenciados de governança da Brasil, Bolsa e Balcão.

3.1 Qualidade dos Códigos de Ética

A adoção voluntária por uma empresa de regras ou obrigações de ética em contextos sociais e ambientais atesta a importância dessas práticas para as várias partes interessadas e para o compromisso da empresa para com tais assuntos (Stohs & Brannick, 1999). No entanto, a existência de um código de ética, por si só, não garante a satisfação de todas as necessidades dos usuários da informação. Em contraste com outros tipos de relatórios, como as demonstrações contábeis, não há regras normativas ou conjuntos geralmente aceitos de indicadores que permitam avaliar a qualidade dos códigos de ética (Garegnani et al., 2015).

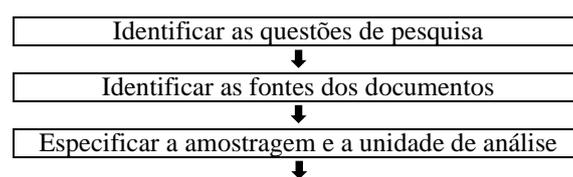
Chen, Gotti, Kang e Wolfe (2018) mencionam que a qualidade do código de ética de uma empresa é determinada tanto pela abrangência do código quanto pela abrangência do sistema de implementação do código, os quais são aspectos importantes do potencial de eficácia de um código de ética.

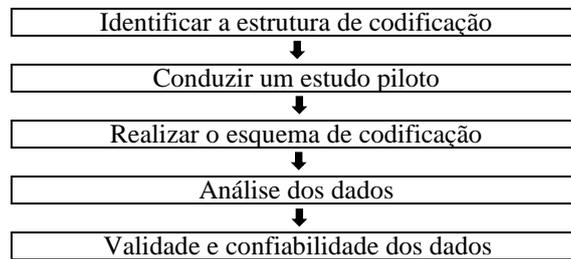
Diante desses fatores, evidencia-se a necessidade da utilização de técnicas de pesquisa que permitam extrair dados dos códigos de ética que facilitem uma melhor aferição da qualidade de tais documentos empresariais. Logo, a análise de conteúdo pode funcionar como técnica de análise dos dados primários. Diante disso, a presente pesquisa envolve uma análise de conteúdo dos códigos de ética das empresas listadas na B³.

De acordo com Bardin (2002), a análise de conteúdo consiste em técnicas de análise de mensagens por meio de procedimentos objetivos e sistemáticos, podendo ser qualitativos ou quantitativos, que admitam inferência a respeito do conteúdo da mensagem.

Com o objetivo de aumentar a validade e confiabilidade, a pesquisa segue as etapas de análise de conteúdo proposta por Chun (2019), e está resumido na Figura 1.

Figura 1
Os estágios da Análise de Conteúdo





Fonte: Chun (2019)

A questão de pesquisa foi identificada na introdução.

- **Fontes dos documentos:**

Os sites corporativos das empresas foram as fontes dos documentos constantes desta pesquisa. Chun (2019) menciona que os sites das empresas representam um canal de comunicação com diferentes *stakeholders*, sendo uma ferramenta eficaz na divulgação de padrões éticos das empresas.

- **Amostragem e unidade de análise:**

Com o objetivo de analisar as empresas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão, observando a qualidade dos códigos de ética nos níveis de governança corporativa da B³, foram coletadas informações dos códigos de ética das empresas no ano de 2017. Estas informações foram consultadas nos sites corporativos de cada empresa. As empresas constantes na B³ foram escolhidas em razão do tamanho e facilidade de obtenção de dados em seus sites corporativos.

- **O Estudo Piloto e o Quadro de Codificação:**

Chun (2019) menciona que a tarefa mais difícil envolvida em trabalhos com análise de conteúdo está em decidir sobre o documento de amostra e estrutura de codificação. Para esta pesquisa, foi desenvolvido um estudo piloto com o objetivo de garantir validade e robustez ao índice utilizado neste trabalho. Desta forma, foi realizada uma comparação entre os resultados da análise de 10 códigos de ética através da metodologia utilizada na presente pesquisa e da metodologia proposta por Sánchez, Domínguez e Aceituno (2015).

Tabela 1
Estudo Piloto

Empresa	Garegnani, Merlotti e Russo, 2015	Sánchez, Domínguez e Aceituno 2015
A	8,3333	0,769230769
B	7,9167	0,846153846
C	7,7917	0,846153846
D	6,9167	0,846153846
E	6,7440	0,615384615
F	6,5179	0,846153846
G	5,9286	0,615384615
H	5,6905	0,846153846
I	4,3274	0,461538462
J	3,0714	0,384615385

Fonte: Dados da pesquisa

Pelos resultados da análise preliminar apresentados na Tabela 1, verifica-se que a metodologia proposta neste trabalho é plenamente aplicável e válida para aferir a qualidade dos códigos de ética, uma vez que os resultados obtidos pelos dois métodos estão correlacionados, haja vista que variam juntos.

- **Esquema de codificação:**

Conforme evidenciado por Correia (2018), códigos de ética ou conduta empresarial não são documentos de divulgação anual, logo é preciso ter o cuidado de verificar quando a empresa implantou o código de conduta, bem como as possíveis alterações desse código, que tenham o poder de influenciar no *score* individual de cada empresa. Diante disso, foram selecionadas as empresas que apresentavam código de ética corporativo em seus *websites* no ano de 2017.

Partindo do pressuposto de que não é tarefa fácil aferir a qualidade de códigos de ética corporativos, seja em razão da subjetividade das avaliações, seja em virtude das diferentes culturas empresariais, e tendo a compreensão de que este fato não pode ser impeditivo para o melhor

entendimento da relação entre códigos de ética de boa qualidade e os níveis de governança corporativa, este estudo utilizará o modelo de avaliação de qualidade de códigos de ética criado por Garegnani et al. (2015), conforme Figura 1.

Este modelo procura verificar a existência de alguns itens, considerados pela literatura especializada, como fundamentais para a mensuração da qualidade dos códigos de ética corporativos: comprometimento da administração da empresa para com o código; estilo e disponibilidade; canais de denúncias de práticas em desacordo com as normas da empresa; relações com partes interessadas; procedimentos de conformidade; e itens legais.

Modelo de pontuação: categorias e itens	
Categorias	Itens
Comprometimento da direção	Valores corporativos definidos a partir da direção
	Comportamentos recomendados em vez de proibições
	Carta introdutória da alta gerência
	Apoio à gestão para a circulação do documento
	Citação de revisões do código de ética
Estilo e disponibilidade	Uso vantajoso de cores
	Código com logotipo personalizado
	Fácil disponibilidade no site
	Existência de índices
	Presença de exemplos e FAQs
	Provisões para dupla linguagem (local idioma e inglês)
	Estilo de escrita (direto, peremptório, ativo voz)
Canais de denúncia	Anonimato para denunciante
	Existência de uma política de relatórios
	Política de não retaliação
	Presença de uma seção dedicada a relatar
	Configuração de diferentes mecanismos de denúncia
Relações com as partes interessadas	Atenção ao desenvolvimento profissional de funcionários
	Códigos de conduta específicos em relação a clientes
	Códigos de conduta específicos em relação a acionistas
	Códigos de conduta específicos em relação a fornecedores
	Códigos de conduta específicos em relação a organizações políticas e sindicatos
	Códigos de conduta específicos em relação a autoridades
	Códigos de conduta específicos em relação a comunidade local
Procedimentos de Compliance	Prestação de contas
	Políticas antissuborno
	Conflitos de interesse
	Existência de sistema de controle interno fazendo backup de código de ética
	Existência de penalidades por infrações ao código de ética
	Proteção de propriedade corporativa, tangível, intelectual, imagem corporativa e confidencialidade
	Prestação de serviço consultivo
	Fornecimento de esquemas de treinamento
Itens legais	Questões antitruste
	Proteção de dados e informações pessoais
	Igualdade e empoderamento da diversidade
	Saúde e segurança no trabalho
	Boa cidadania e conformidade com a lei
	Proteção contra <i>insider trading</i> e abuso de mercado
	Proteção do meio-ambiente
	Transparência e precisão da informação financeira

Figura 1 Modelo de pontuação de códigos de ética

Fonte: Garegnani et al. (2015).

Após a leitura de cada código de ética, é atribuído o valor de 1 (presença) ou 0 (ausência) para cada item. A pontuação de cada categoria é computada calculando a média dos itens e expressando essa média em uma escala de dez pontos. Por fim, as pontuações das categorias individuais são igualmente ponderadas para calcular a pontuação geral para cada código de ética.

Segundo Leal (2005), índices, como o utilizado neste trabalho, constituem-se no agrupamento de práticas de governança descritas na forma de atributos e buscam avaliar a qualidade das práticas de governança corporativa na forma de um *escore* ou coeficiente. O objetivo desses índices é mensurar a qualidade de governança corporativa e analisar sua capacidade de influenciar ou de ser influenciada pelo desempenho das organizações.

3.2 Níveis de governança da B³

A B³ criou segmentos especiais de listagem destinados a empresas com padrões superiores de Governança Corporativa. Além do mercado tradicional (segmento de listagem que não conta com regras diferenciadas de governança corporativa), a B³ apresenta os seguintes segmentos: Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1. O segmento Novo Mercado conta com as empresas que apresentam os mais elevados padrões de governança corporativa. Os demais segmentos apresentam regras específicas de governança corporativa.

Com o intuito de captar as empresas que pertencem aos segmentos especiais da B³, foi criada uma variável *dummy* que assume 1, se a empresa pertence aos segmentos diferenciados de governança corporativa e 0, se não pertence aos respectivos segmentos.

3.3 Amostra

Com o objetivo de analisar a associação dos códigos de ética das empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão com os melhores índices de governança corporativa, foram coletadas informações dos códigos de éticas e dos níveis de governança corporativa a que pertencia cada empresa no período de 2017. Informações relativas aos códigos de éticas foram consultados nos sites corporativos de cada empresa e os níveis de governança corporativa foram consultados no site da B³.

Conforme evidenciado por Correia (2018), códigos de ética ou conduta empresarial não são documentos de divulgação anual, logo é preciso ter o cuidado de verificar quando a empresa implantou o código de conduta, bem como as possíveis alterações desse código, que tenham o poder de influenciar no score individual de cada empresa. Diante disso, foram selecionadas as empresas que apresentavam código de ética corporativo em seus *websites*.

Após esses cuidados metodológicos, foi possível chegar a 286 empresas com códigos de ética corporativos em 2017, conforme Tabela 2.

Tabela 2

Amostra de empresas selecionadas para análise dos Códigos de ética

Critérios	Número de empresas	Percentual
Empresas listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B ³)	424	100%
Empresas sem códigos de ética em 2017	138	32,55%
Amostra Final	286	67,45%

Fonte: Dados da pesquisa

4 RESULTADOS

O primeiro procedimento foi consultar o site corporativo de cada empresa listada na B³, com o intuito de verificar se a empresa apresentava, em 2017, código de ética corporativo. Foi verificado que 286 empresas tinham códigos de ética. A seguir, foram lidos todos CE com o intuito de medir a sua qualidade usando o índice de pontuação proposto por Garegnani et al. (2015). Os 286 códigos de ética foram codificados nas categorias e itens propostos no modelo, através de análise de ausência/presença do item no código de conduta ética. As pontuações resultantes foram distribuídas como mostrado na Figura 02.

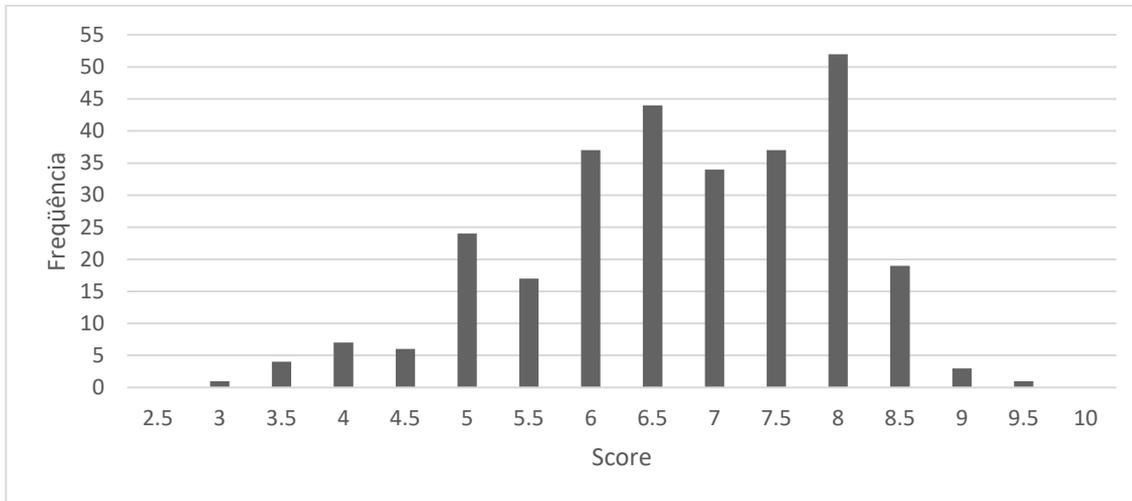


Figura 2 Score dos códigos de ética das empresas constantes da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa

Com os dados da Figura 2, é possível verificar que a maioria das empresas apresentam códigos de ética com pontuação entre 6,5 e 8. Garegnani et al. (2015) realizaram pesquisa semelhante e verificaram que a maioria das empresas apresentavam valores entre 5,5 e 7,5.

Com a informação das empresas que apresentavam códigos de ética, foi analisado qual o segmento de governança corporativa de cada empresa. A Tabela 3 apresenta os resultados.

Tabela 3

Segmento de governança na B³ das empresas constantes da amostra

Crítérios	Número de empresas	Percentual
Empresas pertencentes aos segmentos diferenciados da B ³	170	59,44%
Empresas pertencentes ao segmento tradicional da B ³	116	40,56%
Amostra Final	286	100%

Fonte: Dados da pesquisa

De posse de todos os dados, foi aplicada uma correlação Ponto Bisserial para verificação da associação entre os códigos de ética de melhor qualidade e os diferentes níveis de governança corporativa. Segundo Lira (2004) este método é indicado quando uma das variáveis (Y) é dicotômica e a outra é contínua. A tabela 4 apresenta os resultados.

Tabela 4

Matriz de Correlação Ponto Bisserial

Variável	Códigos de Ética	Empresas com níveis diferenciados da B ³
Códigos de Ética	1,0000	
Níveis diferenciados da B ³	0,0968*	1,0000

* sig. 10%

Fonte: Dados da pesquisa

Nos resultados da correlação não foi possível constatar a associação entre os códigos de ética de melhor qualidade e os melhores níveis de governança corporativa da B³. Deste modo, não é possível afirmar que existe associação entre as empresas que apresentam códigos de ética de melhor qualidade e os melhores índices de governança corporativa da B³. Este resultado é no mesmo sentido do encontrado por Azevedo et al. (2014), que investigou o grau de adesão às recomendações do IBGC pelas empresas listadas na BM&FBovespa para elaboração de seus códigos de conduta empresarial e constataram que não havia associação significativa entre o grau de adesão as recomendações do IBGC e os níveis de governança da B³.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo verificar a associação entre os códigos de ética de melhor qualidade e os diferentes segmentos de governança corporativa da B³. Para tanto, inicialmente, identificaram-se as empresas listadas na bolsa brasileira que disponibilizam seus códigos de ética corporativos em 2017 nos respectivos *websites*. Assim, a amostra reuniu 186 companhias. Adotou-se

o modelo de avaliação de qualidade de códigos de ética criado por Garegnani, Merlotti e Russo (2015). Para verificar os níveis de governança corporativa das empresas listadas na B³, foram utilizados os segmentos diferenciados de governança da Brasil, Bolsa e Balcão.

Aplicou-se uma correlação Ponto Bisserial, que segundo a literatura especializada, é a metodologia mais adequada para a resolução do problema da pesquisa.

Após a aplicação do teste, ficou evidenciado que o modelo utilizado não apresentou significância estatística.

O estudo tem como pano de fundo a hipótese de que a associação entre códigos de ética de melhor qualidade e os melhores índices de governança corporativa é maior do que entre as empresas do segmento tradicional de listagem. Porém, com a utilização da correlação Ponto Bisserial, para a amostrada analisada, não foi possível constatar esta hipótese.

Este estudo contribui com a literatura de governança corporativa, uma vez que procura verificar a qualidade dos códigos de ética das empresas listadas na bolsa brasileira. Além disso, este estudo também pode ser útil para empresas de qualquer tamanho que desejem avaliar a qualidade de seus próprios códigos de ética, e comparar a qualidade de seus códigos para aqueles de empresas com características semelhantes.

A pesquisa apresenta algumas limitações. Primeiro, foi analisado apenas os segmentos de governança da B³. Tal fato pode ter comprometido a associação. Outra limitação, foi a falta de comparação entre as empresas que apresentam códigos de ética com empresas que não os apresentam em seus sites corporativos.

Como forma de sugestão para pesquisas futuras, acredita-se que é interessante abordar o relacionamento entre o uso de códigos de ética e desempenho da empresa, bem como se determinados recursos de governança – mulheres em cargos de direção, auditorias por *Bigfour* – afetam a qualidade dos códigos de ética. Tal investigação contribuiria para uma melhor compreensão dos determinantes da qualidade dos códigos de ética.

REFERÊNCIAS

- Aguilera, R. V.; Jackson, G. The cross-national diversity of corporate governance: dimensions and determinants. *Academy of Management Review*, 28(3), 447-465. 2003.
- Almeida, M. A., Santos, J. F. D., Ferreira, L. F. V. D. M., & Torres, F. J. V. (2010). Evolução da qualidade das práticas de governança corporativa: um estudo das empresas brasileiras de capital aberto não listadas em bolsa. *Revista de Administração Contemporânea*, 14, 907-924.
- Arruda, M.C.C. (2002). Código de Ética: Um instrumento que adiciona valor. São Paulo: Negócio, p. 05-26.
- Atkinson, A. A.; Banker, R. D.; Kaplan, R. S.; Young, S. (2000) M. Contabilidade gerencial. Atlas.
- Ayres, P. R. R., Diehl, C. A., & Marquezan, L. H. F. (2016). Relação entre Códigos de Conduta e Risco Corporativo. In Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC.
- Azevedo, H. , de Luca, M.M.M. , Holanda, A. P, Ponte, V. M. R, dos Santos, S. M (2014) Código de conduta: grau de adesão às recomendações do IBGC pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA, *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, vol. 11, núm. 1, pp. 2-13, 2014
- Bardin, L. (2002) Análise de conteúdo. Edição 70.
- Bergamini Junior, S. (2005) Controles internos como um instrumento de governança. *Revista do BNDES.12 (24)*, p.149-188.
- Berle, A.; Means, G. The Modern Corporation and Private Property. New York: Macmillan, 1932.

- Callaghan, M., Wood, G., Payan, J. M., Singh, J., & Svensson, G. (2012). Code of ethics quality: An international comparison of corporate staff support and regulation in Australia, Canada and the United States. *Business Ethics: A European Review*, 21(1), 15–30.
- Carasco, E. F., & Singh, J. B. (2003). The content and focus of the codes of ethics of the world's largest transnational corporations. *Business and Society Review*, 108(1), 71-71.
- Casson, J. (2013). A review of the ethical aspects of corporate governance regulation and guidance in the EU. *Occasional Paper*, 8, 1-44.
- Chanlat, J. F. (1992). A caminho de uma nova ética das relações nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 32(3), 68-73.
- Chen, C., Gotti, G., Kang, T., & Wolfe, M. C. (2018). Corporate codes of ethics, national culture, and earnings discretion: International evidence. *Journal of Business Ethics*, 151(1), 141-163.
- Chun, R. (2019). How virtuous global firms say they are: A content analysis of ethical values. *Journal of Business Ethics*, 155(1), 57-73.
- Claumann, R. B. (2015). OCDE e governança corporativa: construção e legitimação de um modelo.
- Correia, T. S. (2018) *Governança corporativa, princípios globais de contabilidade Gerencial e código de ética empresarial de empresas Brasileiras de capital aberto*. [Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba]
- Correia, T. S., de Sena Costa, I. L., & Lucena, W. G. L. (2018). O impacto da governança corporativa: Conselho de administração, estrutura de propriedade e controle e as informações socioambientais nas companhias abertas. *Teoria e Prática em Administração (TPA)*, 7(2), 156-182.
- Cressey, D. R., & Moore, C. A. (1983). Managerial values and corporate codes of ethics. *California Management Review*, 25(4), 53-77.
- Diller, J. A Social Conscience in the Global Marketplace? Labor Dimensions of Codes of Conduct, Social Labelling and Investor Initiatives? (1999). *International Labour Review*, 138, 99.
- Erwin, P. M. (2011). Corporate codes of conduct: The effects of code content and quality on ethical performance. *Journal of Business Ethics*, 99(4), 535-548.
- Ferrell, O. C.; Fraedrich, J.; Ferrell, L. (2001) *Ética empresarial*. (4. ed.) Rio de Janeiro.
- García-Sánchez, I. M., Rodríguez-Domínguez, L., & Frías-Aceituno, J. V. (2015). Board of directors and ethics codes in different corporate governance systems. *Journal of Business Ethics*, 131(3), 681-698.
- Garegnani, G. M., Merlotti, E. P., & Russo, A. (2015). Scoring firms' codes of ethics: An explorative study of quality drivers. *Journal of Business Ethics*, 126(4), 541-557.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305-360.
- Kano, N. (1991): *Business Management and TQC* (Seminário Internacional: Instituto de Engenharia e Universidade de Ciências de Tokyo). Apostila do curso. São Paulo.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1996). Using the balanced scorecard as a strategic management system.

- Knights, D., & O'Leary, M. (2005). Reflecting on corporate scandals: The failure of ethical leadership. *Business Ethics: A European Review*, 14(4), 359-366.
- Leisinger, K. M.; Schmitt, K. (2001) *Ética empresarial: responsabilidade global e gerenciamento moderno*. Vozes
- Lenox, M. J., & Nash, J. (2003). Industry self-regulation and adverse selection: A comparison across four trade association programs. *Business strategy and the environment*, 12(6), 343-356.
- Li, J., Pike, R., & Hanniffa, R. (2008). Intellectual capital disclosure and corporate governance structure in UK firms. *Accounting and Business Research*, 38, 137–159.
- Lira, Sachiko A. (2004) *Análise de correlação: abordagem teórica e de construção dos coeficientes com aplicações*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.
- Mathews, M. C. (1987). Codes of ethics: Organizational behavior and misbehavior. *Research in corporate social performance and policy*, 9, 107-130.
- Matten, D. (2003). Symbolic politics in environmental regulation: corporate strategic responses. *Business Strategy and the Environment*, 12(4), 215-226.
- Mckinney, J. A., Emerson, T. L., & Neubert, M. (2010). The effects of ethical codes on ethical perceptions of actions toward stakeholders. *Journal of Business Ethics*, 97, 505–516.
- Monteiro, J. K., Espírito Santo, F. C. D., & Bonacina, F. (2005). Valores, ética e julgamento moral: um estudo exploratório em empresas familiares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18, 237-246.
- Nash, L. L. (1993). *Ética nas empresas: boas intenções à parte*. Makron Books.
- O'Dwyer, B., & Madden, G. (2006). Ethical codes of conduct in Irish companies: A survey of code content and enforcement procedures. *Journal of Business Ethics*, 63(3), 217-236.
- OECD. (2008). *Using the OECD Principles of Corporate Governance: a Boardroom Perspective*. OECD Publishing.
- Procianoy, J. L., & Verdi, R. S. (2009). Adesão aos Novos Mercados da BOVESPA: novo mercado, nível 1 e nível 2 - determinantes e consequências. *Revista Brasileira de Finanças*, 7(1), 107-136.
- Rampersad, H. K. (2005). Total Performance Scorecard: Aligning Human Capital with Business Strategy and Ethics. *Nanyang Business Review*, 4(1), 72-99.
- Ribeiro, R. L. (2018). Barreiras e benefícios encontrados para adesão dos níveis diferenciados de governança corporativa: uma proposta para adesão em um grupo siderúrgico.
- Rodríguez Domínguez, L., Gallego Álvarez, I., & García Sánchez, I. M. (2009). Corporate governance and code of ethics. *Journal of Business Ethics*, 90, 187–202.
- Sanderson, G. R. and I. I. Varner. (1984). 'What's Wrong with Corporate Codes of Conduct?', *Management Accounting* (July), 2
- Schwartz, M. S. (2002). A code of ethics for corporate code of ethics. *Journal of Business Ethics*, 41(1), 27-43.
- Schwartz, M. S. (2004). Effective corporate codes of ethics: Perceptions of code users. *Journal of business ethics*, 55(4), 321-341.

- Silva, V. G., & Gomes, J. S. (2008). O uso do código de conduta ética como instrumento de controle gerencial: estudo de casos em empresas internacionalizadas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 5(10), 111-128.
- Singh, J. B. (2011). Determinants of the effectiveness of corporate codes of ethics: An empirical study. *Journal of Business Ethics*, 101, 385–395.
- Srour, G. (2005). Práticas diferenciadas de governança corporativa: um estudo sobre a conduta e a performance das firmas brasileiras. *Revista Brasileira de Economia*, 59(4), 635- 674.
- Stevens, B. (1994). An analysis of corporate ethical code studies: “Where do we go from here?”. *Journal of business ethics*, 13(1), 63-69.
- Stevens, B. (1996). Using the Competing Values Framework to Assess Corporate Ethical Codes. *Journal of Business Communication*. 33(1), 71–83.
- Stevens, B. (2008). Corporate ethical codes: Effective instruments for influencing behavior. *Journal of Business ethics*, 78(4), 601-609.
- Stevens, B., & Buechler, S. (2013). An analysis of the Lehman Brothers code of ethics and the role it played in the firm. *Journal of Leadership, Accountability and Ethics*, 10(1), 43-57.
- Stohs, J. H., & Brannick, T. (1999). Code and conduct: predictors of Irsih managers' ethical reasoning. *Journal of Business Ethics*, 22(4), 311-326.
- Townsend, I. (1993) *Qualidade em Ação*. Makron Books.
- Wood, G. (2000). A cross cultural comparison of the contents of codes of ethics: USA, Canada and Australia. *Journal of business ethics*, 25(4), 287-298.
- Wotruba, T. R., Chonko, L. B., & Loe, T. W. (2001). The impact of ethics code familiarity on manager behavior. *Journal of Business Ethics*, 33(1), 59-69.
- Zylbersztajn, D. (2002). Organização ética: um ensaio sobre comportamento e estrutura das organizações. *Revista de Administração Contemporânea*, 6, 123-143.